

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ação consciente de um coletivo social orientada a satisfazer um conjunto de necessidades comuns, que envolve a intervenção na esfera pública através de um relacionamento específico com o Estado – dentro, fora ou contra este –. Supõe uma ingerência nas relações de poder e na disputa pela distribuição dos recursos materiais e simbólicos.

Existe uma diversidade de acepções com as quais o termo é assimilado. Os debates em torno aos seus significados são intensos e seu grau de abrangência varia segundo as diversas perspectivas. Da participação na tomada de decisões à mera consulta, desprega-se um leque de possibilidades que incorporam de uma forma ou outra a ação dos sujeitos sociais nas políticas públicas. Durante as últimas décadas, particularmente no contexto dos processos de reforma neoliberal, os setores dominantes têm se apropriado dessa ideia, defendendo a necessidade de incorporar os sujeitos sociais na mudança das instituições estatais. A sobre-exaltação da ideia de participação acompanhou o processo de desmantelamento, privatização e mercantilização dos serviços públicos, assumindo um caráter apologético e despolitizado. Nas recomendações dos organismos de crédito internacionais – como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional – resulta eloquente o apelo à estratégia de incorporação dos grupos envolvidos nos processos de reforma do sistema público – particularmente nos âmbitos da saúde e da educação – mediante a consulta, a avaliação e, mais recentemente, a fiscalização. Falsamente circunscrita à formulação de valorações, a participação torna-se assim uma formalidade. Noções como *empoderamento*, *empreendedorismo*, *autogestão*, *formação de líderes*, *iniciativa social*, *motivação*, *cultura de trabalho comunitário* – usadas como expressões de processos de participação popular – compõem uma operação discursiva que viabiliza argumentos de responsabilização/culpabilização vinculados à explicação da pobreza.

Desde uma perspectiva crítica, a participação social refere a processos dinâmicos e complexos que implicam uma ampliação do poder das massas populares envolvidas. Nesse sentido, algumas perspectivas teóricas merecem ser destacadas.

O marxismo tem sido – e continua sendo – um referente iniludível para a análise da participação popular. Os esforços teóricos inspirados nessa corrente interpretativa estiveram eminentemente centrados na análise do movimento operário, expressão emblemática do cenário emancipatório do século XIX. A ideia de *sociedade como estrutura de classes* sustentada na clássica oposição *burguesia-proletariado, empresário-empregado, capital-trabalho*, consolidava-se como a essência do conflito, em sociedades onde o trabalho tornava-se um elemento articulador da vida social e a matriz sindical encarnava a expressão popular. As abordagens historiográficas sobre a conformação da classe operária constituem uma fonte essencial para o estudo dos processos de mobilização e participação social.

A *concepção ampliada do Estado* de Gramsci resulta especialmente significativa para a abordagem dos vínculos entre os atores sociais e o Estado, eixo analítico transcendental para o estudo da participação social. Representando a soma da *sociedade política* e a *sociedade civil*, ambos os momentos constitutivos, distintos e indissociáveis, a própria noção de Estado supõe a participação das diversas esferas sociais, mediada pelos mecanismos de hegemonia e coerção (GRAMSCI, 1968). Explicitamente incluídos na esfera do Estado, os atores sociais veriam ampliada sua força potencialmente criativa nos processos de estruturação social. Por sua parte, a ideia de Estado como o *locus* de condensação das relações de poder e da luta de classes (POULANTZAS, 1981) sustenta o argumento de que toda transformação nas ordens política e social orientada à emancipação das massas populares depende da capacidade de ocupação progressiva de espaços nas diversas instâncias estatais, por parte das organizações e movimentos que as representam. A presença física na esfera governamental deverá ser, porém, acompanhada do desenvolvimento de redes e foros de resistência externos ao Estado e os seus aparelhos. A autonomia das massas populares e a ampliação do seu poder no seio do Estado aparecem ambos como componentes essenciais para sua emancipação.

Foi na década de 1960 que, acompanhando a intensificação da protesta social, o surgimento de novos movimentos e atores coletivos e a multiplicação das ações de intervenção dos setores populares emergiram tendências interpretativas destinadas à compreensão dos processos de mobilização e participação social. O *paradigma da mobilização de recursos* ou da *ação estratégica*, localizado nos Estados Unidos, e o *paradigma identitário*, de origem fundamentalmente europeia, posicionaram-se como as principais correntes teóricas nesse campo (COHEN, 1985; EDER, 1993).

A primeira vertente enfatiza a dimensão política da mobilização, destacando a capacidade organizativa dos atores coletivos e os vínculos destes com os contextos nos quais exercem as suas ações. O ambiente representa o marco de estruturação externa que permite a constituição dos coletivos em tantos agentes políticos, ao mesmo tempo em que determina os limites da ação. Cobram especial importância as noções de *repertórios de ação* (TILLY, 1981), *estrutura de oportunidades políticas* (TARROW, 1994), *estruturas de mobilização* (TARROW, 1994). O registro da dimensão histórica aparece como um elemento sumamente significativo, destacando os aspectos empíricos, conjunturais e situacionais. A influência do contexto no surgimento e consolidação dos movimentos e ações coletivas evidencia essa preponderância. A ênfase outorgada ao estabelecimento dos retos coletivos e propósitos comuns bem como ao reconhecimento de interesses compartilhados que conduzem à consolidação da solidariedade coletiva resulta sumamente útil para promover a articulação entre os diversos atores que compõem o mapa da participação popular.

A segunda vertente procurou descentrar o foco da análise dos conflitos de classe, abandonando o Estado como âmbito central dos processos de luta protagonizados por grupos sociais mobilizados e estabelecendo o problema da identidade como seu componente essencial. A emergência de práticas contestatórias no seio da sociedade civil, os diversos estratos que compõem os grupos e organizações sociais, as formas de sociabilidade internas e as características que adotam os processos decisórios ao interior dos movimentos aparecem como algumas das preocupações centrais dessa corrente. A potencialidade humana se sobrepõe marcadamente aos condicionamentos externos. A apelação à ideia de identidade alude a uma força infrassocial natural em oposição à imposição externa de determinados papéis sociais. A noção de classe é substituída pela ideia de *movimento*, expressão da ação socialmente conflitiva e culturalmente orientada exercida por um grupo social identificado com formas de apropriação da historicidade, modelos culturais, uma determinada consciência e uma moralidade (TOURAINÉ, 1984). A noção de *identidade coletiva* supõe a construção interativa das orientações, o campo de oportunidades e as coações nas quais estão circunscritas as ações de indivíduos e grupos. Ela é construída pela complexa trama de negociações estabelecidas entre os membros que compõem um grupo social e as relações que o coletivo estabelece com outras facções que configuram o sistema político e social (MELUCCI, 1996).

O aprofundamento das problemáticas que sobejassem aos processos de participação popular requer da consideração de dois aspectos centrais: a revalorização da ideia de *sociedade como estrutura de classes* onde um conjunto de grupos antagônicos pugna por impor seus interesses no marco da luta pelo poder – ainda que redefinida à luz das novas dinâmicas sociais –; e a consideração dos vínculos entre os atores organizados e o Estado, abordando a ação coletiva na sua dimensão política. A incorporação desses aspectos resulta indispensável para avançar na construção de contribuições teóricas à altura dos desafios impostos pelas complexas conjunturas da ação coletiva, visando contribuir à reformulação das práticas de mobilização e participação popular.

FLORENCIA STUBRIN

COHEN, J. Strategy or identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements. *Social Research*, New York, v. 52, n. 4, p. 663-716, 1985.

EDER, K. *The new politics of class: social movements and cultural dynamics*. London: Sage, 1993.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

POULANTZAS, N. *O estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

MELUCCI, A. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge Press, 1996.

TARROW, S. *Power in movement: social movements, collective action and politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

TOURAINÉ, A. *Le retour de l'acteur*. Paris: Fayard, 1984.

TILLY, L.A; TILLY, C. **Class conflict and collective action**. London: SAGE Publications.1981.